

Servidores prometem paralisar em julho

• Página 3



Chapa 1, Trabalho e Participação, vence eleição do Sindsep-PE

• Páginas 4 e 5



'Vou-me embora pra Pasárgada' encontrar Manuel Bandeira

Casa onde Bandeira morou comemora os 125 anos do poeta pernambucano

Uma casa cheia de mística e histórias encanta qualquer pessoa. E se essa casa for um museu e espaço cultural de alguém da grandeza do poeta Manuel Bandeira - que, se vivo estivesse, completaria 125 em 2011 -, ganha uma dimensão ainda maior. Pois é assim o Espaço Pasárgada, na Rua da União, lugar citado em vários poemas do Bandeira, como *Evocação do Recife*. No local, Manuel Bandeira viveu a melhor parte da sua infância, dos 6 aos 10 anos. Hoje, o espaço é voltado para a literatura e foi tombado pelo Estado.

Em 1991, a antiga casa do avô de Manuel Bandeira foi reformada pela Fundarpe para promover atividades como lançamentos de livros, cineclubes, apresentações performáticas literárias e recitais.

Hoje, o Pasárgada passa por uma reestruturação e se prepara para receber cada vez mais visitantes.

Para comemorar os 125 anos do poeta, o espaço preparou uma série de eventos para marcar a data, como o projeto *De Bicicleta com Bandeira*, que reuniu poetas contemporâneos como Ícaro Tenório, Jommard Muniz de Brito e Lucila Nogueira. Neste projeto os poetas gravaram poemas de Bandeira para elaboração de um CD que será tocado através de caixas de som instaladas em bicicletas, dirigidas por jovens caracterizados de Manuel Bandeira.

Quem for visitar o espaço também poderá conferir a exposição fotográfica *Recife sob o Olhar do Poeta*, que tem por objetivo reunir diferentes expressões artísticas baseadas em obras de Bandeira. São 26 fotografias digitais e analógicas apresentadas em preto e branco e coloridas, tiradas por alunos da Universidade Católica de Pernambuco.

Tem também o *Cine Pasárgada*, um projeto que promove

Poema ao Recife

Recife
Não a Veneza americana
Não a Mauritsstad dos armadores das Índias Ocidentais
Não o Recife dos Mascates
Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois
- Recife das revoluções libertárias
Mas o Recife sem história nem literatura
Recife sem mais nada
Recife da minha infância
A rua da União onde eu brincava de chicote-queimado
e partia as vidraças da casa de dona Aninha Viegas
Totônio Rodrigues era muito velho e botava o pincenê
na ponta do nariz
Depois do jantar as famílias tomavam a calçada com cadeiras
mexericos namoros risadas
A gente brincava no meio da rua
Os meninos gritavam:
Coeiho sai!
Não sai!"

Evocação do Recife



gada, um projeto que promove debate após a exibição de filmes e curtas e acontece às quintas-feiras a cada quinze dias, sempre às 18h. Já o *Café em Pasárgada* é toda última terça-feira do mês, a partir das 19h. O objetivo dos projetos é manter vivos os escri-

tos do poeta, com interpretações de outras linguagens que vão além da literatura.

SERVIÇO

Espaço Pasárgada.
Rua da União, 263.
Fone: (81) 31843001

Frases

“É gratificante saber que mais de 97% dos eleitores votaram na Chapa 1, referendando, por tabela, a atual direção do Sindsep-PE, já que a maioria dos diretores eleitos compõe esta direção que encerra o mandato em outubro”

Grça Oliveira, secretária geral do Sindsep-PE, sobre o resultado da eleição da entidade, realizada no início de junho

Expediente

Jornal editado pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de PE
Rua João Fernandes Vieira, 67 - Boa Vista
CEP 50.050-200 - Recife - PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@indsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenador Geral - Sérgio Goiana
Secretária Geral - Grça Oliveira
Diretoria de Imprensa
Fernando Antônio de Lima,
e Jemuel Nunes

Jornalista Responsável e Edição
Fabíola Mendonça (DRT-2506)
Texto
Fabíola Mendonça,
Deyse Lemos (DRT-3909)
e Nathalia Beserra (estagiária)

Revisão
Mª de Lourdes S. Maior Araujo
Fotos
Arquivo SINDSEP - PE, Condsef e João Carlos Mazella

Projeto gráfico e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468) fone: 9291.3273
Impressão CCS Gráfica e Editora
fone: 3459.0000
Tiragem - 16.000 exemplares

Charge Samuca



Editorial

Novos desafios foram lançados

Uma verdadeira lição de democracia. Assim pode ser definida a eleição do Sindsep-PE, ocorrida entre os dias 6 e 8 de junho de 2011. Mais de 3.400 servidores federais foram às urnas e referendaram a única chapa inscrita no pleito, Trabalho e Participação, composta, em sua maioria, pelos atuais diretores do sindicato. Passada essa etapa, apurados os votos, é hora de refletir sobre o momento.

A nova direção - que só toma posse no dia 28 de outubro - estará à frente da entidade até 2014. Ou seja, vão continuar fazendo a interação durante todo o governo Dilma Rousseff, que, coincidentemente, estará concluindo o mandato em 2014. Os desafios são muitos e não são

fáceis de ser superados.

Como sempre aconteceu ao longo de sua história, a nova direção do sindicato irá caminhar ao lado da Condsef e da CUT, parceiras incondicionais do funcionalismo público. Mas para que a nova diretoria do Sindsep-PE obtenha sucesso, é preciso o apoio e a participação dos servidores federais. Afinal, essa diretoria estará representando, durante os próximos três anos, toda a categoria em Pernambuco.

As pessoas que creditaram confiança na chapa Trabalho e Participação têm o dever de contribuir com o sindicato. E aqueles que não votaram ou que ainda não estão filiados à entidade precisam se inteirar

e se envolver mais na luta do funcionalismo. Afinal, a causa é coletiva. Não existe uma pessoa, uma liderança política ou mesmo um grupo que, sozinho, consiga avançar nas conquistas.

A vitória se dá com participação, de forma plural. Até porque os avanços que se consiga não serão para um ou alguns. Serão para toda a categoria. Por isso, não hesite: venha para o seu sindicato, mostre a sua cara. Somente unidos os servidores caminharão vitoriosos em busca de suas conquistas.

Parabéns servidores federais pela grande demonstração de cidadania dada nas eleições do Sindsep-PE! Boa sorte e muito trabalho aos novos diretores!

Servidores lutam por reajustes e aprovam paralisação de 24 horas

A pressão é para que o governo inclua na lei orçamentária de 2012 a pauta do funcionalismo

Há cinco meses em campanha salarial, os servidores federais estão lutando contra o tempo para garantir verba na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, que deve ser enviada ao Congresso Nacional até o final de agosto. Uma das estratégias da categoria é realizar atividades políticas de grande impacto. No dia 6 de julho será realizada uma paralisação de 24 horas. A atividade será em parceria com a CUT, que realizará na mesma data o Dia Nacional de Mobilização. Em

agosto, no dia 24, a categoria tem agendado uma marcha à Brasília, assim como fez em junho.

Foi na quinta-feira 16 de junho. Cerca de seis mil servidores participaram, na Esplanada dos Ministérios, da 3ª marcha à Brasília. Como resultado dessa atividade - realizada pela Condsef, pela CUT e por mais 24 entidades que representam o setor nacionalmente - foi agendado um encontro com o Ministério do Planejamento para o dia 5 de julho, quando o governo dará uma resposta sobre a pauta de reivindicações da campanha salarial 2011.

“A expectativa é que o governo apresente uma alternativa para os servidores”, falou o diretor da Condsef e do Sindsep-PE,

6

Julho é a data prevista para greve de 24 horas dos servidores federais

José Carlos de Oliveira. “Na nossa pauta de reivindicações queremos também a regulamentação da negociação coletiva para que todos os anos nos reunamos com o governo para falar de reajuste

de salários e demais benefícios e termos uma data-base para receber esses aumentos”, completou o coordenador geral do Sindsep-PE, Sérgio Goiana.

CALENÁRIO

Para pressionar o governo a atender a pauta de reivindicações da categoria, o Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) da Condsef, reunido no dia 14 de junho, definiu um calendário de atividades, que inclui a paralisação de julho e a marcha de agosto. Também encaminharam a realização de encontros setoriais para os servidores dos Ministérios da Defesa e do Trabalho e Emprego. Esses encontros devem acontecer entre os meses de julho e agosto.



BRASÍLIA Mais de 6 mil servidores participaram da Marcha, dia 16 de junho. O ato contou com bonecos gigantes de personagens do governo

Setores da Sesai e da Conab participam de plenária

Em junho, a Condsef realizou duas plenárias setoriais no dia 15, destinadas aos servidores da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, e aos trabalhadores da Conab. Na plenária da Sesai, os servidores da secretaria recém-criada definiram uma pauta de reivindicações específicas, enquanto na da Conab os trabalhadores aprovaram a minuta do acordo coletivo do setor.

Os servidores da Sesai querem a estruturação do setor de Recursos Humanos, bem como a capacitação das pessoas que irão trabalhar na área. Também reivindicam o pagamento das diárias, atrasado desde dezem-

bro do ano passado, e a criação de uma gratificação específica para a saúde indígena, prometida pelo próprio Ministério da Saúde, no momento da criação da nova secretaria.

Em 16 de junho, um dia após a plenária, Condsef e servidores da saúde entregaram a pauta de reivindicações do setor ao governo, que se comprometeu em dar uma resposta até o dia 15 de julho. “Esse encontro com a Sesai foi o primeiro desde que a nova secretaria foi criada. Foi resultado da plenária produtiva que tivemos e da nossa mobilização”, conta o diretor do Sindsep-PE e da Condsef, Luiz Marcos.

CONAB

A proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2011/2012 da Conab foi o centro do debate na plenária do setor. O documento aprovado possui 60 cláusulas. Também foi definida a comissão de empregados que participará, junto à Condsef, do processo de negociação com a Conab. Foram eleitas seis pessoas, sendo quatro titulares e dois suplentes. O filiado do Sindsep-PE, Valdir Ferreira, foi um dos titulares eleitos.

Os trabalhadores da empresa pública querem 14,3% de reajuste nos salários, além das perdas históricas calculadas com base no Índice de Custo de Vida (ICV) do Dieese. Eles pedem também

que o tíquete passe de R\$ 20 para R\$ 35 e o auxílio escola de R\$ 100 para R\$ 400. Uma das reivindicações para o ACT 2011/2012 é a extensão do 14º salário para todos os funcionários da companhia. Hoje, só recebem o benefício aqueles trabalhadores oriundos da extinta Cobal, admitidos antes do dia 26 de junho de 1983.

Na proposta consta também a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias e a criação da Caixa de Assistência à Saúde, um novo plano de saúde exclusivo para os empregados da Conab, a ser gerido por terceiros. Hoje, os trabalhadores já têm um plano de saúde próprio, mas ele é gerido pela Companhia.

Servidores vão às urnas e elegem nova direção do Sindsep-PE

Sérgio Goiana e Graça Oliveira são reeleitos, respectivamente, coordenador e secretária geral

Com 97,57% dos votos, os servidores federais de Pernambuco escolheram a chapa 1, *Trabalho e Participação*, na eleição para nova direção do Sindsep-PE, realizada entre os dias 6 e 8 de junho.

De um total de 3.415 votantes, 3.332 votaram na chapa 1, 55 votaram em branco e 28 anularam o voto.

Com o resultado, foram reeleitos Sérgio Goiana e Graça Oliveira, respectivamente, coordenador geral e secretária geral do sindicato. Os dois, assim como a maioria dos diretores eleitos, compõem a atual diretoria da entidade. A nova direção irá comandar o Sindsep-PE no triênio 2011-2014. Quarenta e seis urnas, entre fixas e itinerantes, circularam pelo Estado para coletar os votos dos servidores federais. Dessas 46, 20 tiveram 100% de votos para a Chapa 1. O clima da eleição ocorreu sem grandes problemas e o servidor pôde exercer sua cidadania de forma tranquila, contribuindo com a democracia e elegendo seus próximos representantes sindicais.

Ao ser anunciado o resultado, Sérgio Goiana fez um breve discurso, onde parabenizou a nova direção; agradeceu aos eleitores a aos diretores que estão concluindo o mandato, mas que não estão na chapa eleita; e antecipou alguns projetos que pretende concluir neste segundo mandato à frente do Sindsep. "Estamos concluindo este primeiro man-

97,57%

dos votantes optaram pela chapa 1, Trabalho e Participação. A apuração dos votos foi transmitida ao vivo pelo site do Sindsep

dato na coordenação do Sindsep com a sensação de dever cumprido. Nesses últimos três anos, o sindicato ficou onde sempre esteve: ao lado e em defesa dos servidores federais. Não será diferente neste segundo mandato. Vamos cumprir todos os encaminhamentos tirados nos últimos congressos, tanto do Sindsep como da Condsef, buscando a recuperação das perdas salariais da categoria, a volta da ascensão funcional, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e equiparação dos benefícios do Executivo com outros poderes, só para citar alguns exemplos", destaca Sérgio Goiana.

AO VIVO

A eleição deste ano do Sindsep-PE teve como inovação a transmissão ao vivo da apuração, ocorrida na manhã do dia 9 de junho. Pelo site do sindicato, o servidor pôde acompanhar tanto as imagens da apuração dos votos como teve acesso a boletins parciais com os números da votação. Em média, a cada 30 minutos, o sindicato divulgava um novo boletim de votação, proporcionando ao internauta acompanhar o resultado praticamente em tempo real. "Estamos sempre procurando inovações, tentando nos atualizar do ponto de vista tecnológico para oferecer um melhor serviço aos nossos associados. Foi nesse sentido que buscamos mecanismos para a transmissão ao vivo da apuração", explica o diretor de Imprensa do Sindsep, Fernando Lima.



Os números da eleição

3.332

VOTOS NA CHAPA 1

55

VOTOS EM BRANCO

28

VOTOS NULOS

3.415

TOTAL DE VOTOS

97,57%

1,61%

0,82%

essa luta é nossa

CPI do Trabalho Escravo no Maranhão

Durante audiência pública cujo tema foi *Enfrentamentos à questão do trabalho escravo no Maranhão - situação e perspectivas*, realizada no dia 31 de maio, na Assembléia Legislativa do Maranhão, os movimentos sociais presentes reivindicaram a instalação de uma CPI do trabalho escravo no Estado. Na ocasião, foi entregue à deputada estadual Eliziane Gama (PPS) um documento - assinado por 35 entidades - com 16 pontos considerados prioritários para coibir o crime no estado.

Encontro em PE reúne 300 blogueiros

O 1º Encontro de Blogueiros e Redes Sociais de Pernambuco, realizado em maio, no Centro de Convenções, em Olinda/PE, contou com a presença dos jornalistas Paulo Henrique Amorim e Altamiro Borges. A democratização da comunicação, a criação de novo marco regulatório para o setor, a implantação do Plano Nacional de Banda Larga e o fortalecimento do movimento na blogosfera foram os principais temas abordados durante as palestras de abertura. O evento reuniu 300 participantes e, segundo os organizadores, foi o maior realizado até agora em todo o país.

Escolaridade diminui preconceito

A escolaridade é um dos fatores que mais influencia o nível de preconceito da população em relação aos homossexuais: quanto mais anos de estudo, maior é a aceitação do indivíduo em relação à diversidade sexual. É o que aponta pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo e coordenada pelo professor da Universidade de São Paulo (USP), Gustavo Venturi. O estudo, com dois mil entrevistados em 150 municípios, foi feito em 2009 e transformado em um livro que será lançado em junho deste ano.

brasil, brasis

A barbárie continua no campo

Mais um agricultor foi morto no dia 1º de junho em meio à onda de assassinatos no Norte do país. A vítima foi Marcos Gomes da Silva, morador do Acampamento Nova Sapucaia, em processo de regularização pelo Incra. Ele foi executado a tiros numa emboscada. O assassinato de Silva somou-se a outras duas execuções praticadas uma semana antes. As vítimas foram os também agricultores José Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo. Os crimes colocam à tona a incapacidade e a falta de vontade política do Estado de dar um basta à barbárie praticada no campo.



Fechamento da Rádio Santa Marta

Mais uma vez, o direito de expressão foi tolhido com a anulação do Estado brasileiro. No dia 3 de maio, a Rádio Comunitária Santa Marta, no bairro do Botafogo, Rio de Janeiro, teve seu transmissor apreendido pela Anatel e pela Polícia Federal (PF). Mais de 10 mil moradores perderam seu principal meio de comunicação na comunidade. Os diretores da emissora, o rapper Fiell e Antônio Carlos Peixe, foram levados para a DeleFaz da PF e liberados logo após prestarem depoimento. Para mais informações, acesse o site <http://radiosantamarta.com.br>.

gira mundo



Jornada de trabalho excessiva

A jornada de 40 horas semanais é o padrão legal predominante no mundo, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma das agências da ONU. Apesar disso, um em cada cinco trabalhadores tem uma carga semanal acima das 48 horas, que é o valor máximo definido pela legislação internacional. São 614,2 milhões de trabalhadores com jornada excessiva, a maior parte na Ásia e África. De acordo com a OIT, os dados sobre os países emergentes e em desenvolvimento ainda são incompletos, o que dificulta uma análise mais detalhada da jornada de trabalho. A CUT defende projeto que tramita no Congresso Nacional de redução de jornada sem redução de salário.

Fechamento de usinas nucleares

Em meio às discussões sobre os riscos de contaminação por radioatividade, o governo da Alemanha aprovou, no dia 6 de junho, os projetos de lei que determinam o fechamento das usinas nucleares no país até 2022. Pelas propostas, as autoridades se dispõem a buscar fontes renováveis de energia. A decisão foi tomada durante reunião extraordinária do conselho de ministros. O pacote com as medidas de política energética tem caráter de urgência. O fim do uso de energia nuclear na Alemanha ocorrerá em etapas, encerrando em 2022, sem possibilidade de alterar essa data, segundo as autoridades alemãs.

Cooperação entre Brasil e Palestina

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou, no último dia 11, um acordo de cooperação cultural firmado entre o Brasil e a Organização para Libertação da Palestina, assinado na cidade de Ramalá, em março de 2010. Os dois países se comprometem a aprofundar a cooperação entre suas instituições culturais para desenvolver atividades de difusão das duas culturas. O acordo prevê intercâmbio de experiências nas áreas de artes visuais, música, teatro, dança, cinema, museus e arquivos. O texto foi enviado à Câmara na forma de uma mensagem do Poder Executivo (588/10) e tramitará como Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da comissão.

Assinado acordo para recompor greve do MTE

A reposição tanto pode ser feita através de mutirões nos finais de semana e feriados como nos dias úteis

Um acordo feito entre a Condsef e o governo federal encerra qualquer polêmica em torno dos seis meses de greve que os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizaram em 2010. No dia 14 de junho, a confederação, representando os servidores do setor, assinou um termo de acordo com o Executivo para a reposição das horas paradas, o que representa um total de 968.

Agora, com o fim da celeuma, o Sindsep-PE, juntamente com a Condsef, vai continuar a luta em busca da pauta específica do MTE. Entre outros pontos, os servidores brigam por uma tabela especial, cobram melhores condições de trabalho e a contratação de novos concursados, além de abertura de concurso.

No dia 28 de junho, o Sindsep realizou assembleia na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) para repassar os termos do acordo para a reposição das horas paradas. Os servidores entenderem e concordaram com as normas do acordo. Além disso, na assembleia o sindicato falou sobre o II Encontro dos Servidores do MTE que a entidade vai realizar entre os dias 13 e 15 de julho.

“Estamos atentos e preocupados com a difícil realidade dos servidores do MTE não só de Pernambuco, mas de todo o país. As condições de trabalho são as piores possíveis, os novos concursados não demoram na função por conta dos baixos salários e é muito comum a prática de assédio moral. Tudo isso será discutido no encontro com o setor. Sobre o acordo referente à greve do ano passado, o mais importante é que esse mutirão vai beneficiar a sociedade. Vamos prestar um serviço à população, que busque nos servidores públicos uma obrigação que é do Estado brasileiro”, salienta o coordenador do Sindsep-PE, Sérgio Goiana.

REGRAS DO ACORDO
Segundo o acordo referente à greve de 2010, o valor que foi

descontado dos trabalhadores a título de falta será devolvido em duas parcelas. A primeira será creditada 30 dias após a assinatura do acordo e, a segunda, após a reposição de pelo menos 50% da reposição das horas. Quanto à compensação, no acordo estão previstas três formas: duas por via de mutirão em feriados e finais de semana e outra quando for compensado nos dias úteis.

A primeira forma é o mutirão para atendimento ao público, com a finalidade de emitir Carteira de Trabalho Profissional (CTPS) e receber demandas do Seguro Desemprego. Nesse caso, cada hora trabalhada valerá por três, com limite de seis horas por atividade. A segunda forma de compensação é o mutirão para atividades administrativas internas. Nesse caso, cada hora trabalhada valerá por duas, também se limitando a seis horas.

A terceira forma de compensação seria esticar o expediente nos dias úteis de forma individual. Mas, nessa situação, a hora a ser compensada não sofreria nenhum fator de redução, seria uma por uma.

“Cabe a cada administração nos estados definir a forma como será feita essa recomposição, seja por mutirão ou não. É preciso combinar o modelo com os trabalhadores do setor e divulgar os horários dos serviços para a sociedade”, explica o diretor do Sindsep-PE e servidor da SRTE-PE, José Carlos de Oliveira.

PREOCUPAÇÃO “As condições de trabalho no MTE são as piores possíveis”

Continua luta para sustar reestruturação da Funai

Em junho, servidores tiveram audiência com o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB-PE) para discutir o assunto

Os servidores da Funai em Pernambuco continuam lutando pela revogação do Decreto 7.056/2009, que reestruturou o órgão e fechou várias administrações regionais, inclusive a do Estado, sediada na avenida João de Barros (foto), no Recife.

No dia 9 de junho, uma comissão formada por quatro ser-



vidores do órgão, dentre eles, o diretor do Sindsep-PE, Paulo Austregézilo, procuraram o deputado Gonzaga Patriota (PSB-

PE) para pedir apoio à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 2393/2010, que susta os efeitos do Decreto 7.056.

O parlamentar pernambucano se mostrou solícito à causa dos servidores da Funai. Ele se comprometeu em procurar o relator do PDC 2393, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Edson Santos (PT-RJ), e de mobilizar a bancada do Norte e Nordeste, a qual coordena, na Câmara dos Deputados.

O PDC 2393 tramita na casa em regime ordinário e, antes de seguir ao plenário, deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Começa 2º ciclo da avaliação de desempenho na Fazenda

Ao contrário do primeiro ciclo, no segundo, o processo avaliativo será completo, com as avaliações institucionais e a individuais

A metodologia que será aplicada no segundo ciclo da avaliação de desempenho dos servidores do Ministério da Fazenda já foi divulgada pelo órgão. Dessa vez, o processo será completo, com as avaliações institucionais e individuais, que representam, respectivamente, 80 e 20 pontos da gratificação de desempenho. No primeiro ciclo, o processo foi simplificado, só houve a avaliação institucional e todos os servidores ficaram com a pontuação máxima, 100 pontos.

Neste 2º ciclo, que corresponde ao período de novembro de 2010 a outubro de 2011, as metas institucionais e individuais ficaram mais flexíveis. A avaliação individual será de 360 graus. O servidor se auto-avaliará, na proporção de 15% e será avaliado pela sua chefia direta, na proporção de 60%. Ele também será avaliado por três colegas da mesma equipe de trabalho, na proporção de 25%.

Para a avaliação individual serão levados em consideração os seguintes aspectos: produtividade no trabalho; conhecimento de métodos e técnicas; trabalho em equipe; comprometimento com o trabalho e com as normas e procedimentos de conduta no desempenho das atribuições do cargo; capacidade de autodesenvolvimento; relacionamento interpessoal e capacidade de iniciativa.

Na avaliação institucional houve mudanças nas metas em

Proposta de Revisão das Metas Institucionais Intermediárias - 2º ciclo

Indicador de Desempenho Institucional	Meta Atual	Meta Proposta	Abbrangência
Satisfação das Unidades Usuárias	72 %	71,67 %	SPOA, GMF, SE, SAIN, STN, SPE, SEAE, CARF e CONFAZ
Avaliação pós-serviços prestado de logística	80 %	70%	
Avaliação pós-serviço prestado de RH	80 %	76,67%	
Avaliação pós-serviço prestado de TI	80 %	78,33%	PGFN
Percentual de Inscrições Ativas Ajuizadas sobre as Inscrições Encaminhadas para Ajuizamento.	30 %	45%	
Tempo de espera para atendimento mínimo	15 min.	15,8	RFB
Índice de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.	2	2	COAF

relação ao que estava previsto na Portaria 468, de 1º de setembro de 2010, que estabeleceu as regras institucionais para a avaliação de desempenho, prevista no Decreto 7.133, de março de 2010. Confira acima essas alterações.

CONCLUINDO 1º CICLO

Está em fase de finalização o primeiro ciclo de avaliação de desempenho individual dos servidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), de Pernambuco. Até o fechamento desta edição, ainda não havia sido divulgado o resultado. Segundo a portaria que regulamentou o processo avaliativo no órgão, nesse primeiro momento a avaliação individual não será feita apenas pelo chefe imediato porque não houve tempo hábil para se formar uma comissão.

A avaliação institucional da

O 2º ciclo da avaliação de desempenho no Ministério da Fazenda vai corresponder ao período entre novembro de 2010 a outubro de 2011

SRTE já foi anunciada, 78,65 pontos, quando poderia chegar a 80. Para os servidores, isso se deve às condições precárias do órgão, que não tem estrutura física e nem pessoal para atender a demanda da sociedade. “É um processo complicado. Embora a administração pública diga que essa avaliação de desempenho é para buscar melhorias, ela só evidencia a precariedade

do serviço público e amarra os servidores”, avalia Mizaél Alves, servidor do órgão.

FUNASA/SAÚDE

Na Funasa, os servidores já realizaram a avaliação individual, mas os números ainda não foram computados. No Ministério da Saúde, o processo de avaliação individual está em curso. Os servidores, que ainda não tinham sido avaliados, tiveram até o dia 30 de junho passado para procurar o seu avaliador, que foi informado no momento do cadastramento feito pela internet.

Na Funasa e no Ministério da Saúde, as avaliações institucionais ainda não foram realizadas. Porém, as metas já foram pactuadas. Para o diretor do Sindsep-PE e servidor da Funasa, José Felipe, as metas estão amenas. “A tendência é que se alcance os 80 pontos.

Condsef reúne assessorias jurídicas

A avaliação de desempenho foi um dos pontos de pauta do Encontro do Coletivo Jurídico da Condsef, realizado entre os dias 19 a 21 de maio, em Brasília. O evento reuniu representantes do setor jurídico de 24 sindicatos de servidores federais de vários estados brasileiros e Distrito Federal. O Sindsep-PE esteve representado pelos diretores Valdemar Santana e Geraldo Martiliano, além do advogado da entidade, Rodrigo Galindo.

Além da avaliação de desempenho, também estiveram na pauta do encontro a discussão sobre aposentadoria especial e por invalidez; a análise do decreto 7.133/2010; execução contra a Fazenda Pública e auxílio transporte; assédio moral no local de trabalho; e a lei 12.277, que discute a estrutura remuneratória especial. Os participantes também trouxeram

como pauta a regulamentação da greve no serviço público, os problemas enfrentados nos Juizados Especiais Federais e a determinação do governo federal em suspender concursos públicos para o ano de 2011.

Outro ponto que foi motivo de grande discussão foi o auxílio transporte. As últimas legislações editadas pela Secretaria de Recursos Humanos sobre a matéria criam obstáculos para o recebimento do referido auxílio para os trabalhadores. A delegação de Pernambuco participou ativamente das discussões, apresentando questionamentos e repassando a experiência vivenciada pelos servidores no Estado sobre os assuntos em pauta. Foi repassada, inclusive, a informação de que em Pernambuco há vários problemas relacionados com o pagamento do auxílio transporte, princi-

Sindsep-PE esteve presente no evento que contou com a participação de mais 23 sindicatos

palmente no interior do Estado. Ficou decidido que antes de qualquer ingresso de demanda judicial a Condsef irá atuar administrativamente.

NA WEB

Durante o encontro foi tirado como encaminhamento a criação de uma rede de comunicação virtual entre a Assessoria Jurídica da Condsef e as demais

entidades, para a troca de esclarecimentos e experiências. Esta rede facilitará o trabalho jurídico desenvolvido por cada entidade, onde serão analisadas cada ação administrativa e judicial adotada em cada estado, como também os resultados.

Apesar de o encontro ter sido realizado em três dias, o assessor jurídico do Sindsep-PE, Rodrigo Galindo, aponta que não é possível analisar com detalhes todos os pontos incluídos na pauta, tendo em vista sua complexidade, bem como os reflexos que trarão para os servidores públicos. Ao final, foi criado um grupo de trabalho que irá analisar os temas debatidos, principalmente aqueles que não puderam ser analisados com mais detalhes. O resultado do encontro será repassado para análise de todas as assessorias jurídicas.

Cientistas são contra reforma do Código Florestal

Para eles, é necessário mais estudos para que essa legislação possa resguardar a fauna e a flora brasileira

Para os ambientalistas, uma legislação encomendada. Para os ruralistas, a permissão para desmatar e a anistia para crimes ambientais já cometidos. A reforma do Código Florestal Brasileiro, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e aguarda análise do Senado, está gerando um duelo entre esses dois setores da sociedade. Fora dessa batalha estão os cientistas que, assim como os ambientalistas, também não concordam com a aprovação da reforma. Para eles, é necessário mais estudos para que essa legislação possa resguardar a fauna e a flora brasileira.

Com o intuito de conscientizar a sociedade, principalmente os parlamentares, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) lançaram, em abril deste ano, o livro *O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo*. O documento é um estudo que levou dez meses para ser produzido e reúne quase 300 artigos, além de consultas a dezenas de especialistas das mais diversas opiniões.

O livro já foi entregue aos presidentes da Câmara e do Senado e aos ministros da Casa Civil, da Agricultura, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Integração Nacional. A publicação também está disponível a todos, em formato PDF, nos sites www.abc.org.br e www.sbpnet.org.br.

A PUBLICAÇÃO

O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo traz a perspectiva de novos instrumentos tecnológicos para o planejamento e ordenamento territorial, de modo a aumentar a produtividade agrícola em sintonia com a sustentabilidade ambiental. Para a SBPC e a ABC, não é necessário engessar as Áreas de Preservação Permanente (APPs) em números e sim aplicar tecnologias agrícolas que possam mapear a diversidade do solo brasileiro e adequar as APPs à realidade de cada região.

Os cientistas acreditam que a manutenção das APPs ao longo das margens de rios e corpos d'água, de topo de morros e de encostas deve obedecer a uma declividade superior a 30 graus. Porém, a largura depende do tipo de serviço ecossistêmico e da largura de conservação da vegetação. Os cientistas também são enfáticos ao afirmar que as Reservas Legais não podem diminuir para 50%. Elas precisam continuar representando 80% das áreas florestais para manter a cobertura da Amazônia.

Entrevista: Elíbio Recha - Professor da UNB, pesquisador da Embrapa e membro da ABC

“Nossa geografia é diversa. Essa variabilidade tem que ser estudada”

Engenheiro E agrônomo com formação na área de biologia molecular genética, Elíbio Recha, em entrevista ao GARRA, fala do trabalho realizado pela Academia Brasileira de Ciência (ABC) e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na luta contra a reforma do Código Florestal Brasileiro. Ele fala das falhas da atual proposta e das propostas sugeridas pelos cientistas.



GARRA - O que a ABC e a SBPC estão fazendo em relação à reforma do Código Florestal?

ELÍBIO RECHA - A Academia Brasileira de Ciência (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) disponibilizaram um livro que evidenciam a necessidade de um estudo mais aprofundado para que nós façamos um código que vá ao encontro do desenvolvimento do país. Não é um código necessariamente ligado a nenhum segmento, nem do lado ambiental, nem tão pouco do lado do agronegócio, mas, sem dúvida, envolvendo ambos. O que nós estamos trabalhando é no sentido de intensificar a produção de alimentos de forma sustentável. Então, essa linha praticamente já diz tudo sobre a importância do código florestal. Identificação sustentável significa meio ambiente e produção de alimentos significa agronegócio. Somos um país que depende do agronegócio para geração de riquezas e é claro que o setor agrícola depende do meio ambiente e dos nossos recursos hídricos para agregar valor para a manutenção da produção agrícola.

GARRA - Para o senhor, qual é o ponto mais crítico dessa reforma do Código Florestal?

RECHA - O ponto crítico não é uma emenda ou outra. Como funciona nos países desenvolvidos, a ciência e a tecnologia disponibilizam para o segmento político subsídios para tomada de decisões. Existe um estudo do Inpi, disponível no nosso livro, que evidencia que as áreas devem ser monitoradas via satélite em todo país, para todas regiões, de todas áreas, de todas propriedades, com relação à disponibilidade de água e relevo. Então, essa questão de colocar números (para as Áreas

de Preservação Permanente), cinco metros, dez metros, enfim, vai depender de muitos fatores. Não é interessante que seja engessado com números 'X' ou 'Y' para a distância de margem de rio. A nossa geografia é muito diversa. Essa variabilidade tem que ser estudada em cada região, de vários locais. Nós não podemos colocar uma norma muito rígida porque não vai estimular o desenvolvimento. Temos que fazer um código que vá estimular a identificação sustentável da produção de alimentos. Isso envolve meio ambiente e produção agrícola.

“Temos que fazer um código que estimule a identificação sustentável da produção de alimentos”

GARRA - Por que a proposta de reforma do código florestal é falha?

RECHA - O código florestal que nós temos foi baseado na ciência daquela época, de várias décadas atrás. Hoje, a proposta de reforma do código florestal tem embasamento, foram coletadas informações referentes à questão científica, mas existem outras questões que precisam ser consideradas também. Nós temos na verdade que expandir o que está dentro da proposta atual. Por isso foi solicitado, por parte da Academia Brasileira de Ciência, um tempo maior para que esse estudo pudesse ser mais amplo, para que pudéssemos fazer um código que atendesse ao interesse da produção de alimentos.